

## Representações Sociais E População Em Situação De Rua: A Visibilidade Construída Pela Mídia

## Social Representations And Population In State Street: A Built By The Media Visibility

**Francisco José Oliveira**

Graduação em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia Intensiva

E-mail: [pefranciscojose@bol.com.br](mailto:pefranciscojose@bol.com.br)

**Maria Zelfa de Souza Feitosa**

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

Professora da Faculdade de Tecnologia Intensiva

E-mail: [maria.zelfa@hotmail.com](mailto:maria.zelfa@hotmail.com)

**Endereço: Francisco José Oliveira**

Endereço: Rua Barão de Aratanha, 51 – CEP 60050-070  
Ceará – Brasil.

**Endereço: Maria Zelfa de Souza Feitosa**

Endereço: Rua Barão de Aratanha, 51 – CEP 60050-070 –  
Centro – Fortaleza/Ceará – Brasil.

**Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

**Artigo recebido em 01/01/2016. Última versão  
recebida em 27/01/2016. Aprovado em 28/01/2016.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.**

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar as Representações Sociais acerca de sujeitos em situação de rua, a partir das matérias publicadas em um jornal cearense. O tema justifica-se pela necessidade de discutir como as mídias, que influenciam nosso olhar sobre a realidade, contribuem para a construção simbólica do que chamamos pessoas em situação de rua, fazendo com que reflitamos as ideias e as práticas direcionadas a este público. A metodologia utilizada foi qualitativa. Os dados foram coletados na versão online do jornal, compreendendo um período de seis meses, e analisados por meio do método da Análise de Conteúdo. Os resultados encontrados trouxeram as categorias estereótipos, violência sofrida, violência praticada, álcool e outras drogas, solidariedade/caridade e contradição do viver na rua. Foi constatado que as matérias tanto reforçam representações sociais convencionais acerca da população em situação de rua como, em menor escala, apresentam outros olhares sobre ela, refletindo a complexidade do tema estudado.

**Palavras-chave:** Representações sociais. Morador de rua. População em situação de rua.

## ABSTRACT

The work aims to analyze the social representations about subjects on the streets, from the materials published in a newspaper Ceará. The theme is justified by the need to discuss how the media, that influence our view of reality, contribute to the symbolic construction of what we call people on the streets, causing us to reflect the ideas and practices aimed at this audience. The methodology was qualitative. Data were collected in the online version of the newspaper, comprising a period of six months, and analyzed by the method of content analysis. The results brought the stereotypes categories, suffered violence from violence, alcohol and other drugs, solidarity / charity and contradiction of living on the street. It was noted that both materials reinforce conventional social representations of people on the streets as, to a lesser extent, have other eyes on it, reflecting the complexity of the subject studied.

**Keywords:** Social representations. Homeless. People on the streets.

## 1 INTRODUÇÃO

No trabalho com pessoas em situação de rua, ficam patentes as visibilidades e invisibilidades desses sujeitos, que se produzem no cotidiano. Olhada, a partir do prisma da violência e do perigo, esta população, que resguarda tantas potencialidades, acaba se tornando invisível como cidadãos de direitos que ocupam, principalmente, as grandes metrópoles.

No desenho das cidades, o morador de rua é um personagem antigo e “comum”, sua presença é citada já na Antiguidade, por exemplo, na obra de Diógenes Laércio, intitulada “Vidas e opiniões de filósofos eminentes”, na qual o autor nos dá a conhecer algo sobre a vida de Diógenes de Sinope, ou Diógenes, o Cínico, filósofo grego que, expulso de sua cidade, passou a habitar as ruas de Atenas, como mendigo.

Com o advento do Capitalismo, a intensificação das relações de desigualdade socioeconômica e a migração de pessoas das zonas rurais para os grandes centros urbanos, principalmente, cada vez mais fizeram das ruas suas residências. Tal fenômeno aparece como resultado de inúmeros fatores, podendo revelar-se como falta de recursos financeiros para manter uma residência; como uma forma de romper com a ordem instituída e criar novas possibilidades de existência; dar-se em meio a um adoecimento mental; entre outros.

No espaço da rua, diversas formas de sofrimento, exclusão e desigualdades são produzidas, o sujeito nesta condição deve ser temido e, ao mesmo tempo, ser foco das ações caritativas, ajudado e silenciado, cuidado e escondido. Muitas práticas, tanto de entidades particulares como de diversas instâncias governamentais, ao longo da história, destinadas a incluir esse sujeito na vida social, acabaram, por fim, gerando outras formas de exclusão, revelando discursos preconceituosos e gerando passividade, impedindo o sujeito de expressar-se, travando o espaço criativo da rua, numa tentativa de “higienizar” o espaço público e exercer melhor controle sobre esses sujeitos.

A rua é um espaço criativo à medida que, nele, os sujeitos criam estratégias de sobrevivência frente ao desafio da vida na rua, mantém o sonho, os sorrisos e as esperanças. No contato com esse público, materializa-se a afirmação de Sawaia (2009), para quem os sujeitos, mesmo na condição de maior pobreza, buscam muito mais que a mera sobrevivência biológica. A experiência nos mostrou que nem tudo na rua é destrutivo ou ruim. As pessoas em situação de rua conseguem construir seus espaços de alegria. E, se no ambiente constata-se violência, há também solidariedade, proteção, companheirismo entre os protagonistas desta história.

Desafiadora é a tentativa de adentrar o cotidiano das pessoas em situação de rua, embora sejam evidentes o limite e a consciência de estar naquele campo como estrangeiro como afirma Góis (2008) que, por mais próximo que esteja não vivencia da mesma forma aqueles modos criativos de vida e aquele espaço de encontros e desencontros. No espaço da rua, o olhar direcionado a esses sujeitos é, invariavelmente, assustado e reprovativo, pautado em determinados padrões morais que segregam estes que estão à margem da vida social “normal”, melhor dizendo, estes que escapam às normas do que se considera uma vida social legítima (MATTOS; FERREIRA, 2004). Tal legitimidade está relacionada, entre outras coisas, à prática laboral. O sujeito em situação de rua é visto como aquele que não trabalha e, por isso, não consegue inserir-se no padrão socialmente aceito, passando a ser visto como vagabundo (MATTOS; FERREIRA, 2004). Deste modo, o sujeito é responsabilizado por suas misérias, estigmatizado a partir de elementos que fazem parte da própria estrutura do sistema socioeconômico no qual estamos inseridos, mas que dentro da lógica meritocrática, são considerados elementos determinados pelo esforço individual de cada um, podendo garantir o sucesso ou o fracasso.

No jogo de forças sociais que configuram a ordem vigente, as mídias são conhecidas como uma das principais vias de comunicação e de formação da opinião pública. O que é publicizado pelos meios de comunicação, tais como a televisão, o jornal, o rádio e a internet, adquire o status de verdade e, muitas vezes, pode ser reproduzido de forma a-crítica. Desta maneira, é inegável a participação desses recursos na formulação de Representações Sociais acerca das mais variadas temáticas. Dentre estas, destacamos a população em situação de rua.

O ajustamento do sujeito ao seu ambiente social e material, assim como a orientação de sua conduta, são frutos das Representações Sociais (RS) (JODELET, 1989), definidas como espécies de teorias coletivamente construídas e partilhadas, provenientes de uma construção mental e social, pautadas em saberes populares e no senso comum, com fins à construção e interpretação do real (JODELET, 1989; OLIVEIRA; WERBA, 2007). Podemos, pois, inferir que as RS, geradas a partir do discurso midiático, acerca do sujeito em situação de rua, impactam tanto no modo como ele percebe a si mesmo, como na concepção das pessoas que não partilham dessa realidade e, assim sendo, legitimam um lugar social para esse sujeito, bem como o que lhe é permitido ou interdito.

Destas problematizações, surgiu nosso interesse em trabalhar as RS geradas pelo discurso midiático, sobre a população em situação de rua, como temática central do trabalho de conclusão do Curso de Psicologia. Nesta empreitada, partimos da base teórica da Psicologia Social de base Histórico-cultural.

Nossa proposta se justifica pela compreensão de que o presente estudo permite a aproximação do conjunto de informações, crenças, opiniões e atitudes, coletivamente geradas, a respeito de um dado objeto social (ALVES-MAZZOTI, 1996), situando como um determinado grupo pode estar sendo representados pelos demais atores sociais e visibilizando os possíveis impactos disso para sua existência. O objetivo geral do artigo é analisar as RS acerca de sujeitos em situação de rua, presentes em discursos de matérias publicadas em um jornal cearense, em sua versão online. A pergunta, da qual partimos é: quais as representações sociais presentes no discurso midiático a respeito da população em situação de rua?

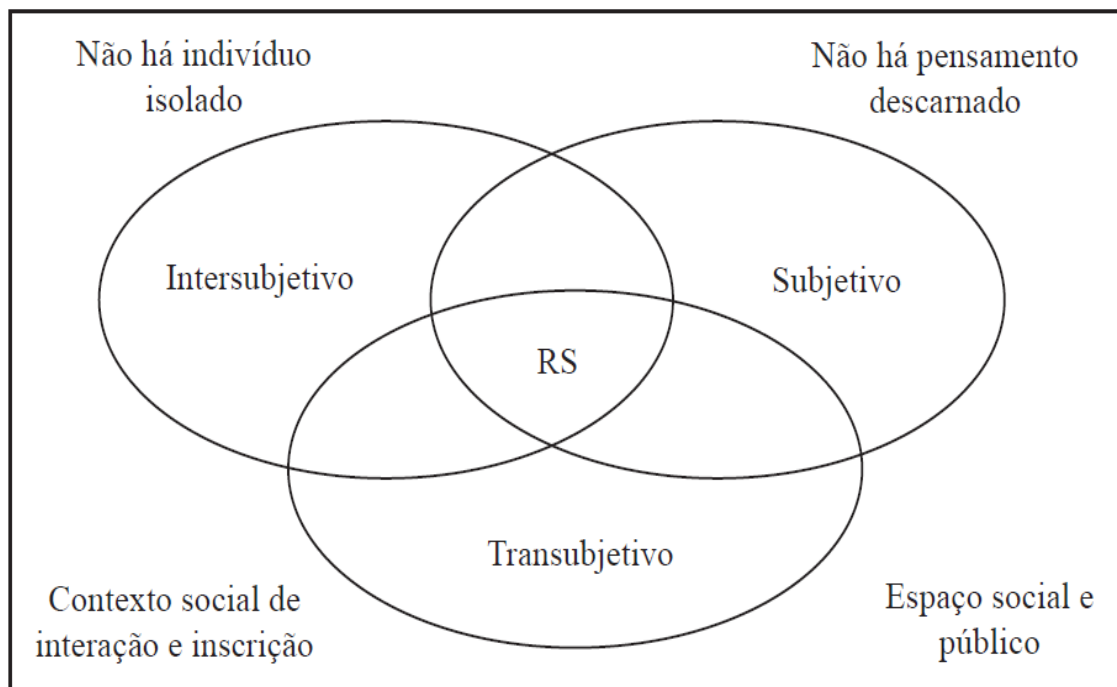
## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O conhecimento do mundo na forma de Representações Sociais e no poder da mídia**

O conceito de RS originou-se a partir do de representação coletiva, de E. Durkheim. Para este sociólogo as representações individuais e coletivas opunham-se radicalmente, mas para Moscovici (2003) não havia oposição, pois postulava as RS como elaborações psicológicas e sociais, formadas pela triangulação “sujeito-outro-objeto”, por sujeitos ativos – atores sociais – afetados por diversos aspectos da vida cotidiana, em interação com os demais (JODELET, 2009).

As RS são socialmente elaboradas e compartilhadas, construindo uma realidade comum que pode ser comunicada (MOSCOVICI, 2003; SPINK, 1993). Elas circulam no meio social na forma dos discursos, imagens e condutas; têm origem e função relacionadas a três esferas de pertença – subjetiva, intersubjetiva e transobjetiva (JODELET, 2009) – que, esquematicamente, são representadas por:

Figura 1 – Representações Sociais



Fonte: Jodelet (2009, p. 696).

A Teoria das Representações Sociais foi descrita em 1961, no estudo *Psychanalyse: Sonimageetsonpublic*, de Serge Moscovici (1978), em que o autor abordou a representação social da Psicanálise, com o objetivo de compreender a ressignificação de um saber científico pelos grupos populares, com base no senso comum. Também são influências na elaboração do conceito de RS, a teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural, de Vigotski, como enumeram Oliveira e Werba (2007).

As principais características das RS, de acordo com Nascimento-Schulze e Camargo (2000), são a não ruptura entre o mundo interno e externo dos sujeitos; a inseparabilidade entre os sujeitos que representam e o objeto que é por eles representado; que a construção do objeto pesquisado pode incluir e ser influenciada pela visão de mundo do pesquisador; que não concebe antagonismo entre o que se constata por meio dos dados empíricos e a aceitação de que a sociedade constrói simbolicamente a realidade.

A criação de RS ocorre basicamente por meio de dois processos, a ancoragem e a objetivação (MOSCOVICI, 1978; OLIVEIRA; WERBA, 2007). O primeiro processo diz respeito à tentativa de classificar, de encaixar o que é não familiar em uma categoria social já conhecida, o que dá a este conhecimento não familiar o mesmo juízo de valor atribuído à

categoria em que é situado. No segundo processo, a objetivação, existe a busca de tornar concreta a realidade, a partir da vinculação desta a uma imagem, como exemplificou Moscovici apud Oliveira e Werba (2007), ao dizer que, quando chamamos Deus de pai, estamos objetivando uma imagem desconhecida em uma imagem conhecida, para clarificar a ideia de Deus.

As RS são parte de um campo transdisciplinar, interessam a disciplinas como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, situam-se na interface entre o individual e o coletivo, facilitam a comunicação, precisam ser compreendidas em seu contexto de produção e em suas funções simbólicas e ideológicas (SPINK, 1993), estão associadas às práticas culturais, unindo história e tradição, mas também a flexibilidade das transformações da realidade atual (ALEXANDRE, 2001). Portanto, estão carregada da ideologia dominante (OLIVEIRA; WERBA, 2007) e serve à sua manutenção e reprodução.

O conceito de ideologia tem diferentes definições, entendida desde o conjunto de ideias que forma uma visão de mundo até um modo de perturbação da comunicação entre os sujeitos, passando pelo significado político, por seu caráter de mecanismo de defesa do eu e pela falsa consciência, que mantém o status quo (MONTERO, 2006). Góis (2008) defende que

Não podemos descartar o ideológico na formação da subjetividade humana, nem pensar que este é apenas um aspectos secundário da formação individual ou da identidade. O ideológico, como condição para a consciência, para a subjetividade, constitui-se, também, favorável ou desfavorável, impulsionador do sujeito ou opressor, permitindo ou não ao indivíduo fazer-se e refazer-se dentro da coletividade em que está. (p. 52).

Assim, a ideologia é produzida e reproduzida pelos atores sociais, que se tornam sujeitos e objetos dela. Os diversos saberes utilizam

[...] modos de expressão através dos quais seu discurso é codificado, que se tornam instrumentos de apoio retórico, nos quais a ideologia que sustentam se apoiará para estabelecer seus argumentos. [...] Trata-se de estratégias discursivas com as quais, sem manifestar explicitamente a linha de pensamento que se defende ou se trata de impor, são apresentadas insidiosas e sutilmente, de tal maneira que penetrem o diálogo que tinha a informação, que projete sua sombra e seu peso sobre a comunicação, sendo aceita ou ao menos recebida sem recusa pelos interlocutores. (MONTERO, 2006, p. 87).

Os meios de comunicação de massa, dentro do contexto ideológico e compreendido como uma maneira de produzir e difundir um saber, à medida que produzem, o tempo todo, informações a serem consumidas (ALEXANDRE, 2001), também reproduzem discursos e práticas sociais direcionadas a determinados públicos. Cabe, aqui, a reflexão de Moscovici(2003) de que a Psicologia Social necessita abordar a estrutura e a função da

comunicação, chamando atenção para a ideologia difundida nela. Nas RS, a comunicação pode ser caracterizada como “[...] o fenômeno pelo qual uma pessoa influencia ou esclarece outra que, por sua vez, pode fazer o mesmo em relação à primeira. Seus elementos básicos são o emissor, o receptor, a mensagem, o código e o veículo” (ALEXANDRE, 2001, p. 118). A difusão de informações ocorre na comunicação por meio da linguagem, que carrega uma dimensão cognitiva e afetiva, assim como as RS, que interligam a cognição, o afeto e a ação do sujeito (JODELET, 2009).

Os meios de comunicação de massa têm como funções divertir, informar, persuadir e ensinar (ALEXANDRE, 2001). Os conteúdos divulgados pelos meios midiáticos apresentam uma tentativa de cristalização ou de mudança de atitudes e opiniões, fazendo com que o desejo do consumidor adeque-se aos produtos vendidos. Importa esta produção e consumo, não tanto à veracidade dos fatos, ou seja, fala-se em “[...] frases que, repetidas à exaustão nos noticiários de jornais e telejornais, nas revistas, em conversas, ganham estatuto de verdade, transformando-se em afirmações não contestadas [...]” (PORTO, 2009, p. 215). Ao fazer parte do imaginário popular, estas “verdades” influenciam a criação de RS, determinando comportamentos e condutas dos atores sociais (OLIVEIRA; WERBA, 2007; PORTO, 2009). Isto ocorre com a imagem do “morador de rua” que é formada nos e aponta para uma construção cultural e histórica deste personagem que impõe sua “invisível” presença à visibilidade da vida cotidiana.

## 2.2 Do “morador de rua” à “pessoa em situação de rua”

Considerado um fenômeno prioritariamente urbano, a presença de pessoas vivendo nas ruas é uma problemática a ser abordada de modo multidimensional, por conta de sua pluralidade (VARANDA; ADORNO, 2004). Existem diversas definições para classificar este público, entre elas a de Varanda (2003), que o descreve como

[...] pessoas sem moradia fixa, sem renda definida e suficiente à sobrevivência, que vivem nas ruas com doações, renda de trabalhos esporádicos ou que se vinculam a organizações e grupos que viabilizam o abrigo e as necessidades básicas de higiene e alimentação (p. 30).

Em outra definição, são “Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal” (VARANDA, 2009, p. 3).



Apesar de partilharem características comuns, na realidade nem todas as pessoas em situação de rua desenvolvem os mesmos hábitos e as mesmas rotinas (VARANDA; ADORNO, 2004; VARANDA, 2009); alguns dormem nas ruas, outros fazem uso de abrigos, tanto para o pernoite como para a satisfação de necessidades básicas de higiene, de modo que Vieira e col. (1994 *apud* VARANDA; ADORNO, 2004) propõe diferenciações entre o “ficar na rua, circunstancialmente”, “estar na rua, recentemente” e “ser de rua, permanentemente”.

Até a década de 80, a população de rua foi invisível ao Estado e à sociedade brasileira. Contanto que não causassem nenhum transtorno no espaço público ou às “pessoas de bem”, sua existência não era considerada como uma questão social (COSTA, 2005). O aumento da população em situação de rua, a partir da década de 80, pode ser relacionada a consequências do processo de globalização e modernização de estratégias de gestão governamentais, assim,

O trabalhador desqualificado passou a concorrer com a valorização especulativa do capital, a robotização e ‘tecnologização’ do processo produtivo, a supervalorização dos processos de industrialização e distribuição de alimentos em detrimento do trabalhador rural e com a aparição de intermédios responsáveis para a terceirização de serviços. A este cenário, acrescenta-se a veiculação de novos conceitos de moradia, com a expansão da mídia televisiva e mudanças nos mecanismos de regulação das relações de trabalho e relações sociais, com o fortalecimento de movimentos trabalhistas e surgimento de movimentos sociais reivindicatórios (VARANDA, 2009, p. 37).

No início dos anos 90, com a Constituição de 1988, que responsabilizava o Estado pela garantia de direitos sociais a todos os cidadãos, e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que reconheceu a Assistência Social como política pública, a população em situação de rua passou a ser alvo de serviços e programas governamentais, voltados para a garantia dos mínimos sociais, da dignidade e do direito à cidadania. Isto gerou uma pressão para que o discurso da caridade e da esmola desse lugar ao da assistência e da cidadania, o que ainda não aconteceu totalmente.

Ao longo da história, diferentes nomenclaturas foram utilizadas para designar as pessoas em situação de rua. Estes nomes foram sendo subjetivamente atribuídos, com base no nível de cronicidade, a partir da avaliação de sua aparência e seu comportamento, variando “[...] conforme a natureza do olhar, se de fora ou de dentro, ou se parte da ótica institucional. Neste caso, pode predominar critérios emocionais, religiosos, médicos ou sanitaristas” (VARANDA, 2003, p. 7). A denominação “morador de rua” aponta para o modo como, tradicionalmente, essas pessoas eram chamadas por equipamentos institucionais tradicionais.

Os motivos pelos quais os sujeitos passam a viver na rua são diversos, dentre eles a pobreza, falta de trabalho, ruptura de laços sociais e familiares, implicando mesmo na escolha

por sair de casa ou pelo uso de álcool e outras drogas (VARANDA, 2003; 2009). A ruptura de laços afetivos e comunitários, potencializada pela condição de pobreza e miséria geradas pela desigualdade social, contribui para a falta de pertencimento, para a desafiliação social e para o adoecimento mental (COSTA, 2005). Neste público são comuns os transtornos mentais, doenças como a AIDS, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), tuberculose, doenças dermatológicas e respiratórias, entre outras (COSTA, 2005).

O ambiente da rua não reúne somente o risco, o perigo e o que é negativo, como vista nas experiências, os sujeitos que nele habitam também formam seus grupos, suas identidades, seus territórios, encontram proteção no anonimato da rua e desenvolvem relações de respeito uns aos outros. Waranda (2009) exemplifica isto apontando que um sujeito não mexe com a mulher do outro, não rouba aqueles que pertencem aos mesmos grupos. Como se vê, estudar a população em situação de rua envolve uma realidade muito mais complexa do que pensamos a princípio.

### 3 METODOLOGIA

Na Teoria das Representações Sociais devem ser buscados não somente os elementos representacionais partilhados pelos sujeitos, mas também tudo o que esteja relacionado aos processos cognitivos e emocionais relacionados à apropriação e construção das RS (JODELET, 2009). Considerando a diversidade de métodos admitidos no estudo das representações sociais (NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 2000) e sua complexidade, a pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa.

Os dados foram coletados a partir da busca de matérias publicadas na versão online de um jornal de grande circulação do Ceará, que trazia notícias, crônicas e opiniões sobre pessoas em situação de rua, em um período de seis meses, de 01 de maio a 30 de outubro de 2014. Cabe ressaltar que as publicações não se referem somente ao Estado supracitado, mas abrange fatos e produções de todo o território brasileiro.

O nome do jornal não será exposto, assim como não serão feitas as transcrições literais das matérias, a fim de se resguardar o sigilo, já que se trata de um material público e facilmente identificável. Foram utilizadas como descritores para a busca as expressões “morador de rua”, 44 matérias, excluídas as reportagens que não estavam nos critérios da pesquisa,; e “população em situação de rua”, 12 matérias.

Como critérios de inclusão foram considerados apenas as matérias que falavam de pessoas adultas em situação de rua, não considerando a temática de crianças e adolescentes,

pois ampliaria muito a discussão, não podendo ser contemplada aqui. Os dados foram analisados, considerando o que define Bardin (1977):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 42, grifo do autor).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos dizer que a maneira como a imagem da população em situação de rua é construída pela mídia invisibiliza alguns aspectos da sua realidade, ao mesmo tempo em que enfoca os estereótipos socialmente predominantes. É preciso pensar que “Ao pautar uma matéria, a mídia, ao mesmo tempo em que apresenta e representa determinados acontecimentos, mediados por sua versão dos fatos, estão silenciando outros” (PORTO, 2009, p. 17).

A ideia do “morador de rua”, para a qual foram encontradas 44 reportagens, é mais presente do que a de “população de rua”, para a qual foram encontradas apenas 12 publicações, o que demarca uma maior produção de matérias utilizando a primeira expressão do que a segunda. No geral, o termo “morador de rua” apareceu com mais recorrência relacionado à reportagens policiais e imagens de fragilidade (40 publicações), enquanto “população em situação de rua” aponta para a luta por reconhecimento de direitos (12 publicações). Também foi constatado que, mesmo quando no material analisado utiliza o termo “população em situação de rua”, a denominação “morador de rua” não fica ausente.

Desta maneira, a imagem deste “morador de rua” sustenta o estereótipo de um sujeito com cabelos desganhado, que se apresenta maltrapilho, descalço e sujo, perambulando pelas ruas da cidade (Matéria 18). Quanto a esta imagem, Waranda (2009) afirma que “Do ponto de vista do sujeito que está na rua, a ‘sujeira’ de sua aparência e a ‘impureza’ do seu comportamento o torna invisível, porque não podem ser integradas ao padrão da urbanidade socialmente aceita.” (p. 35). Esta invisibilidade, como já foi dito, implica também em proteção, ao mesmo tempo em que pode gerar diferentes maneiras de violências.

Com base nestes dados, passaremos agora à explanação das principais categorias encontradas nas análises que realizamos.

#### 4.1 A violência sofrida e praticada

A violência foi outra categoria frequente, sendo a violência sofrida pelo sujeito em situação de rua alarmantemente mais frequente (27 publicações ao todo) do que a praticada por ele (02 publicações ao todo), havendo, inclusive, atos de violência de ambos os lados na mesma publicação. Exemplo disso foi encontrado na matéria 13, que traz o relatado de um caso de violência cometido por um “morador de rua”, mas imediatamente “respondido” com outro ato violento, por parte da “vítima” inicial. Trata-se de um assalto que o sujeito em situação de rua cometeu contra um passante e este último reagiu, espancando-o até a morte. Na publicação encontramos, ainda, a tentativa de certa “legitimação” da violência praticada contra o sujeito em situação de rua, por parte do agressor, o que nos remete à reflexão de Costa (2005), para quem as representações de que a população em situação de rua é violenta e perigosa contribuem para os diversos atos de violência contra essa população.

Chama-nos atenção, também, o fato de que a maior parte das violências sofridas pelos “moradores de rua” não são atribuídas a outros sujeitos em situação de rua, ainda que ninguém seja responsabilizado pelo ato. Este fato contribui para rompermos com o estereótipo do “morador de rua” violento e potencialmente perigoso. Por outro lado, é igualmente importante problematizar a ausência da reflexão de que existe a possibilidade de serem justamente aqueles, que se dizem possíveis vítimas do “morador de rua”, os seus maiores agressores.

As principais violências sofridas referem-se à queima de pessoas enquanto dormem assassinatos por outros meios e espancamentos. Costa (2005) diz que, mesmo com os movimentos que lutam pela garantia dos direitos da população em situação de rua e os avanços das políticas e serviços atualmente, na cultura nacional ainda são mais fortes os sentimentos de repressão, segregação e desvalia deste público. Corroborando os dados que encontramos e visibilizando outras nuances da violência não apreendida pela publicação no jornal, Costa (2005) cita, além da queima de pessoas dormindo na rua e as chacinas sumárias que ganham espaço nos noticiários, a violência verbal e simbólica, diariamente praticada contra estas pessoas. Pode-se refletir, por estas colocações, o questionamento de Porto (2009) de que “A violência é notícia, mas o que é violência e quem detém o poder de nomeá-la? Tal definição de modo algum é sinônimo de consenso, muito pelo contrário.” (p. 217).

Assim, sabemos que a violência praticada pelo sujeito em situação de rua relaciona-se também à violência anterior, produzida no meio social que a nomeia, inclusive. Violência que ganha forma a partir da dominação, da negação de direitos, da invisibilidade, dos

preconceitos, violência simbólica e presente mesmo antes do nascimento do sujeito. Somos impelidos a olhar esse sujeito em situação de rua como vítima das inúmeras violências físicas e psicossociais que emergem dos modos como se estrutura a sociedade capitalista, perpassada por uma ideologia dominante que oprime as maiorias pobres e mantém o status quo, fomentando uma identidade negada, oprimida e explorada (GÓIS, 2008).

#### **4.2 Álcool e outras drogas**

Relacionada à categoria anterior, percebemos que, quando o uso de álcool e outras drogas são verificados, as violências assumem outro juízo de valor. Na matéria 18, a cada fala do sujeito entrevistado, a reportagem nos “lembra” que ele está tentando preparar ou acender um cachimbo de crack. Na matéria 16, um leitor expressa sua opinião, afirmando preocupação por ter a certeza de que a maior parte dos “moradores de rua” vende tudo o que têm, inclusive as próprias roupas, para comprar drogas. Estas ideias assemelham-se à fala de uma entrevistada, representante do poder público, na matéria 36, a qual afirma que, em sua grande maioria a população em situação de rua é, geralmente, influenciada pelo uso abusivo de substâncias psicoativas e isto as impele a praticar uma série de delitos. Costa (2005) ajuda a compreender essas posturas, quando afirma que, culturalmente, as políticas de segurança pública voltadas para a população em situação de rua têm atuado mais no sentido de criminalizar seus comportamentos do que de proteger estes sujeitos.

#### **4.3 A visão caritativa**

As práticas destinadas aos “moradores de rua” parecem estar embasadas pela solidariedade e caridade. Ao focar um projeto através do qual são distribuídas roupas gratuitamente aos “moradores de rua”, a matéria 24 afirma que isto contribui para aumentar sua auto estima. De outra reportagem (Matéria 40), destacamos a publicização da alimentação ofertada às pessoas na rua por pessoas de todos os gêneros e idades.

Costa (2005) fala da existência destas práticas como algo contraditório pois, ao mesmo tempo em que garantem a sobrevivência e a possibilidade de satisfazer algumas necessidades mais urgentes, são vistas pelos profissionais da área como algo que dificulta a procura pelos serviços da Rede de Assistência Social.

Não se trata, obviamente, de recriminarmos as ações realizadas por diversos setores sociais, com o intuito, muitas vezes, de suprir as necessidades básicas dessa população, mas

sim de pensarmos o papel do Estado e sua obrigação em garantir os direitos básicos dessa população, a fim de que estes sujeitos não dependam da caridade de outros, nem sempre garantida todos os dias, mas desfrutem de seus direitos legítimos e inalienáveis.

#### 4.4 A imagem da rua

A rua é apresentada de modo contraditório nas reportagens; em algumas encontramos que a experiência de viver na rua é a pior forma de sobrevivência, pois expõe o sujeito à sujeira, ao lixo, às doenças, à marginalidade, à desesperança e à morte prematura (Matéria 12). Em outras publicações é destacado o enraizamento do sujeito na rua, a pluralidade desse ambiente (Matéria 51). Novamente é preciso referenciar Varanda (2009), o qual afirma que na rua coexistem o perigo, o risco e também as formas de sobreviver a esta realidade, de se reinventar no espaço da rua e proteger-se de perigos encontrados em outros espaços. A reflexão desta contradição e das relações de dominação e opressão também aparece no diálogo da crônica trabalhada no jornal (MATÉRIA 32) que relata a vida de uma pessoa órfã que cresceu na rua e precisou aprender a sobreviver, o que somente foi possível retirando o alimento no lixo e partilhando da solidariedade dos companheiros da rua.

Nesta realidade, a má distribuição de renda e as outras formas de exclusão que se valem, principalmente, da inclusão que exclui (SAWAIA, 2011), servem para manter a ideologia de dominação, gerando e conservando, por meio de relações de opressão, uma identidade de oprimido e explorado, no povo pobre. Para Góis (2008),

A questão crítica que reside aí é o fato de uma ideologia, ou sistema ideológico, tornar-se dominante nessa coletividade e fazer-se continuamente como sistema ideológico organizador dessa sociedade, categorizando os indivíduos conforme as relações materiais entre eles na mesma coletividade (p. 52).

Indo além de reflexões estritamente relacionadas aos recursos materiais de sobrevivência, Sawaia (2009) chama atenção para a necessidade de a Psicologia olhar para desejos, sonhos e aspirações dos sujeitos submetidos à desigualdade social. A autora define desigualdade social por seu caráter de

[...] ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação. [...] [gera] tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônico na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade (p. 369-370).

No espaço da rua, os sujeitos, depara-se com estes aspectos de modo muito presente, inclusive no olhar do outro, nas formas de afastamento e desconfiança. Todavia, também constroem suas histórias, exercem suas escolhas, aprendem, ensinam, encontram modos criativos de sorrir, mesmo diante das iniquidades. Não é possível afirmar que a rua seja um espaço ideal para sobreviver, seria ingênuo e inadmissível negar o sofrimento, os riscos e perigos, no entanto, muito mais do que juízos de valor, cabem a reflexão e o questionamento de preconceitos, bem como a atenção aos modos de enfrentamento, sabendo-se que este ambiente é um espaço complexo e plural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de conhecimento se constrói a partir de elementos simbólicos que circulam no meio social e são tomados de maneira ativa pelos sujeitos, forjando – pelo caráter partilhado do conhecimento – uma identidade grupal e o sentimento de pertencer ao grupo (ALVES-MAZZOTI, 1996). A realização desta pesquisa permitiu refletir sobre como criamos nossas RS da população em situação de rua e como ela mesma se reconhece pertencendo a este grupo heterogêneo e plural (VARANDA, 2003).

Para Varanda e Adorno (2004)

A busca de identidade dentro dos limites marginais da sociedade pode também estar se revelando na necessidade de ora se misturar e ora se distinguir nos diferentes circuitos liminares que se entrecruzam na rua, por exemplo: da pobreza, das relações familiares, da delinquência, da violência e do trabalho desqualificado, ou mesmo procurar negar ou distanciar-se deste contexto quando se tem, por necessidade, de utilizar os equipamentos voltados a esta população (p. 68).

Os estereótipos socialmente construídos estão presentes no discurso da mídia que produz novos discursos, estes tanto podem sustentar, como questionar os estereótipos. Todavia, a pesquisa mostra que o próprio meio midiático, o jornal, não traz uma única maneira de falar e representar a população em situação de rua. Aparecem formas contraditórias que coexistem, mesmo que em alguns momentos uma seja mais visível do que a outra.

A opção pela versão online do jornal foi algo que facilitou o processo de construção do trabalho, porque tornou a busca mais rápida e abrangente. Sem desmerecer as especificidades do jornal impresso, as notícias em formato digital são difundidas mais rapidamente, principalmente no que diz respeito às redes sociais. Todavia, o aprofundamento desta questão foge ao tema central deste artigo, não sendo possível sua abordagem no



momento. Isto pode servir como um novo questionamento, vindo desta produção, para pesquisas posteriores. Igualmente, estudos de campo acerca das RS relacionadas à população em situação de rua, podem esclarecer uma série de outros detalhes que não conseguimos falar aqui.

A intenção aqui foi evitar julgamentos tanto em relação aos sujeitos em situação de rua, como em relação ao jornal estudado, ainda que esteja presente a não neutralidade do pesquisador diante do objeto de estudo. A escolha do tema veio das nossas experiências e não é de se estranhar até mesmo que, em alguns momentos, a intenção de não fazer julgamentos não tenha sido possível. Esta é também uma dificuldade e um treino para o pesquisador.

A população em situação de rua tem sido estigmatizada e violentada socialmente de diferentes maneiras. As reportagens publicadas pelos jornais refletem esta realidade e reforçam certas visões estereotipadas do sujeito em situação de rua, estando, entre elas, as imagens de fragilidade, medo perigo, sujo, mal vestidas e adoecidas. Romper com estas concepções é necessário e urgente; denunciá-las é um compromisso ético-político da Psicologia, a nosso ver, para potencializar sujeitos de direitos, ainda que afiliados à rua.

É, por fim, animador perceber que, ainda de maneira tímida, outra visão acerca do tema tem se insinuado nas publicações, denotando a existência de uma luta por reconhecimento e respeito, de uma pressão social que atua no sentido de garantir ao povo da rua a dignidade de ser devidamente assistido e ter seus direitos garantido.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. O. papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, 6 (17): p. 111-125, 2001.

ALVES-MAZZOTI, A. J. Representações dos educadores sociais sobre os “Meninos de Rua”. **R. bras. Est. pedag.**, 77 (187): 497-524, 1996.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa – Portugal: Edições 70; 1977.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, 4 (VI): 1-15, 2005.

GÓIS, C. W. L. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Hucitec; 2008.

JODELET, D. Lasr e presentaciones sociales del medio ambiente. **Coleccion Monografías Psico/Socio/Ambientals**, 9: 29-44, 1989.



JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das Representações Sociais. **Sociedade e Estado**, 24 (3): 679-712, 2009.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicol. Soc.**, 16 (2): 47-58, 2004.

MONTERO, M. Estratégias discursivas ideológicas. *In*: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 2006. p.83-96.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia da SBP**, 8 (3): 287-299, 2000.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. *In*: JAQUES, M. G. C.; STREY, M. N.; BERNARDES, M. G.; GUARESCHI, P. A.; CARLOS, S. A., FONSECA, T. M. G. (Orgs.). **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. 10 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; 2007. p. 104-117.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, 21 (2): 211-233, 2009.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 99-119.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, 21 (3): 364-372, 2009.

SPINK, M. J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Públ.**, 9 (3): 300-308, 1993.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, 13 (1): 56-69, 2004.

VARANDA, W. **Do direito a vida à vida como direito: Sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo**. 2003.126f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública; Departamento de Saúde Materno-Infantil; Curso de pós-graduação em Saúde Pública, São Paulo; 2003.

VARANDA, W. **Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua**. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública; Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. São Paulo; 2009.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

OLIVEIRA, F. J.; FEITOSA M. Z. S.; Representações Sociais E População Em Situação De Rua: A Visibilidade Construída Pela Mídia. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.2, art.12, p. 226-243, mar./abr. 2016.

<b>Contribuição dos Autores</b>	<b>F. J. Oliveira</b>	<b>M. Z. S. Feitosa</b>
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X